

REPERCURSSÕES DO CURSO DE PEDAGOGIA PARFOR/UNEB NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA BAHIA

Mônica Moreira de Oliveira Torres¹
Marta Enéas da Silva²

RESUMO

O texto tematiza o cenário complexo e desafiador da educação básica como os níveis de aprendizagens, a inadequação entre a atuação e formação dos professores, a qualidade da educação e contextualiza o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, criado a partir do Decreto n. 6.759/2009, que institui a Política de Formação de Profissionais do Magistério da Educação da Educação Básica e sua oferta na Uneb. Probelmatizamos as repercursões dos cursos de Pedagogia do PARFOR³ Uneb no IDEB dos municípios envolvidos com a oferta do curso a partir de 2010. E tem como objetivo analisar as repercursões da oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia do Parfor - Uneb no IDEB, na qualidade da educação básica em municípios da Bahia, a partir de 2010. Reflete sobre o panorama das Licenciaturas com de Gatti e Barreto, (2009), o compromisso da universidade com a formação de professores (Santos, 2005). Discute o significado de qualidade (Rios, 2010; Cunha e Pinto, 2009). A metodologia adota a abordagem qualitativa (Amado, 2013) com estudo bibliográfico e análise documental (André, 1985). Os resultados indicam que há repercursões positivas da oferta do Programa no crescimento nos indicadores educacionais dos municípios parceiros que, associado a outros aspectos, podem ter contribuído com a qualidade da educação.

Palavras-chave: Formação de professores, Parfor-Uneb, Educação Básica, qualidade da educação

INTRODUÇÃO

A Educação Básica no Brasil apresenta um cenário complexo e desafiador considerando

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (1991), Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2000), Doutora em Educação e Contemporaneidade pelo PPGEduc- Uneb. É professora Adjunta do DEDC – Campus XI – Uneb do curso de Pedagogia. Atuou como Coordenadora do Colegiado de Pedagogia de 1996 a 1997, como Diretora de Departamento de Educação no período de 2002 a 2005 e Pró-Reitora de Ensino de Graduação da Uneb de 2006 a 2009. Atua na Coordenação Institucional do Parfor – Uneb desde 2018 e no Ensino Médio com Intermediação Tecnológica -CEMITEC/IAT/SEC. É vinculada ao Grupo de Pesquisa EPODS e professora permanente do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social – Mpies/Uneb. Atua na área de Formação de Professores, Estágio Supervisionado, Currículo e Docência Universitária.

² Graduada em Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1992) e Mestrado em Educação pela Universidade de Quebec em Chicoutimi (2005). Professora Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Matemática.

³ Programa de Formação de Professores em Exercício financiado pela Capes – MEC.

os níveis de aprendizagem dos estudantes, a inadequação entre atuação dos professores e a formação exigida, a qualidade da educação dentre outros aspectos. A criação de um Sistema Articulado de Educação que defina ações dos entes federados em prol da qualidade da educação, também requer ações formativas da Universidade em atendimento às demandas da Educação Básica.

A perspectiva de ampliação paulatina da oferta de educação integral na rede pública, o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação, Lei n. 13.005/2014, indicam a demanda crescente de contratação de professores e a importância de se ampliar a formação dos mesmos através de cursos de licenciatura pelas universidades. Essa demanda se depara com o avanço do sistema de educação superior privado no Brasil na oferta de ensino de graduação. De acordo com Gatti e Barreto, (2009) esse panorama reflete também na oferta das Licenciaturas, ao observar dados de 2017, indicando o barateamento, pulverização, desqualificação da formação com estímulo à desvalorização da profissão.

Fruto da expansão neoliberal e da mercantilização da educação superior esse contexto contribuiu, ainda, para o aprofundamento da crise na universidade no mundo e no Brasil, a qual, segundo Santos (2005), ocorre em três dimensões: “crise de hegemonia”, a “crise de legitimidade”, “crise institucional”. A superação dessa crise pressupõe, a reforma da universidade, a reconquista de sua legitimidade nas áreas de ação, como: “acesso; extensão; pesquisa-ação; ecologia de saberes; universidade e escola pública” (Santos, p. 48) e com atenção à “formação de professores para a escola pública” (Santos, p. 60). Cabe à Universidade ampliar e qualificar a oferta de Licenciatura com formatos curriculares convergentes com as demandas da Educação Básica.

Alguns avanços na legislação definem proposições para qualificar a Educação Básica, a exemplo do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) (BRASIL, 2011a), do Plano Estadual de Educação da Bahia - PEE (2016-2026) Lei Estadual nº 13.559 de 2016, os quais destacam a necessidade de criação de um Sistema Articulado de Educação com diretrizes e metas específicas para a formação de professores da Educação Básica. Prevêem que todos os professores tenham formação em nível superior na área em que atuam. Diante disso, cabe à universidade ampliar seu compromisso com oferta de cursos de licenciatura para formação de professores em exercício através de Programas Especiais.

Por outro lado, os desafios relacionados à realidade da educação básica impõe, às instituições educacionais, às universidades, aos órgãos governamentais e à sociedade, colocar na ordem do dia compromissos com políticas públicas na área, projetos e ações, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, a serem refletidos nos índices

educacionais, a exemplo da ampliação do acesso dos professores da educação básica à educação superior. Dessa forma, busca-se nesse texto, refletir sobre políticas públicas de formação de professores para educação básica seu impacto na melhoria da qualidade do ensino, a partir da análise dos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Todavia, a qualidade que se espera construir não depende exclusivamente do trabalho dos professores, uma vez que envolve outras dimensões, como a estrutura da gestão escolar e formação dos gestores; as políticas de financiamento educacional; as questões culturais a nível local, regional e nacional, bem como as condições de trabalho dos professores, incluindo plano de carreira, salário, formação inicial e continuada (Gatti, 2009).

Para o cumprimento das metas do PNE (2014-2024) (BRASIL, 2011b), uma das ações que se impõe é a definição da política nacional de formação inicial continuada de professores e profissionais da Educação Básica. É nesse contexto que nasce o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, criado a partir do Decreto nº 6.759/2009, o qual instituiu a Política de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, representando também uma ação afirmativa para formação de professores em exercício.

A implantação do Parfor na Uneb, em 2009, foi realizada através da parceria entre UNEB/Ministério da Educação (MEC), através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), resultando de um dos desdobramentos do Plano de Ações Articuladas (PAR), efetivando-se a partir da articulação entre as esferas de governos Federal, Estadual e Municipal, focando nos municípios com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Essa parceria proporcionou a oferta de cursos de Licenciatura pela Uneb em diferentes áreas de conhecimento e em vários municípios da Bahia. Ao longo de sua trajetória no Programa a Uneb já ofertou mais de 266 turmas, formando 6.290 professores da educação básica de diferentes áreas, em parceria com 105 municípios do Estado. Dentre os cursos se encontram os de licenciatura em Pedagogia com maior número de oferta. A partir disso problematizamos: quais as repercussões dos cursos de Pedagogia do Parfor Uneb no IDEB dos municípios envolvidos com a oferta do curso a partir de 2010? O estudo teve como objetivo analisar as repercussões da oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia no IDEB, na qualidade da educação básica em municípios da Bahia, a partir de 2010, quando iniciou as atividades do Parfor na Uneb. O estudo realizado adotou a abordagem qualitativa, (Amado, 2013) considerando que esta traz em seus fundamentos a convicção de que a sociedade se configura a partir de ações humanas. Trata-se de uma pesquisa exploratória com realização de estudo bibliográfico associado à análise documental (André, 1985) dos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos de 2011 e 2017 dos municípios onde houve oferta do curso de Pedagogia com objetivo

de identificar e analisar se houve alteração desses indicadores. Os resultados e conclusões indicam que, apesar dos desafios enfrentados para consolidação do Programa e a problemática da qualidade na educação básica, observa-se um crescimento nos indicadores educacionais dos municípios parceiros que, associado a outros fatores, podem ter contribuído com a qualidade da educação.

INTERFACES ENTE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PARFOR/UNEB E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA BAHIA

A Uneb ao ser criada na década de 1980, no formato multicampi, assumiu de forma prioritária a oferta de cursos licenciatura em diferentes municípios do estado da Bahia, credenciando-se como uma universidade inclusiva que promove a interiorização do ensino superior no Estado. Associada a sua prioridade formativa, busca efetivar o atendimento aos imperativos da LDB n. 9394/1996, com obrigatoriedade de formação em nível superior dos professores no exercício do magistério da educação básica. Para tanto, amplia a oferta de cursos de licenciatura através de programas especiais de formação de professores, a partir do ano 2000. Criou e implantou o Programa Rede Uneb 2000, com oferta do curso de Pedagogia em parceria com municípios através de convênio, com o objetivo de formar professores em exercício nos Anos Iniciais e Educação Infantil da rede de ensino municipal, de forma presencial, intensivo e a partir de formato curricular que considerava o contexto local.

A universidade amplia seus programas especiais de formação de professores com a criação do Programa Família Agrícola e o Programa de Formação de Professores do Estado (Proesp), com oferta de cursos de licenciatura em outras áreas de conhecimento. A partir de 2009 com a instituição do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e a sua expertise na área, a Uneb reorganiza seus programas de formação, de forma que as demandas por formação de professores em exercício na área de licenciatura passam a ser inseridas na oferta feita pelo Parfor. Através do Parfor, a Uneb vem oferecendo, desde 2010, cursos de Licenciatura nas áreas de: Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Computação, Sociologia, Química, Física e Artes Visuais, consolidando-o como o principal Programa de Formação de Professores em Exercício para a rede pública de ensino. Os cursos possuem especificidades com planejamento e oferta a partir do regime de colaboração com os municípios. Além disso possuem formatos curriculares que

articulam a formação com o trabalho dos professores, a realização de oficinas pedagógicas e interdisciplinares, seminários temáticos a partir de demandas formativas dos estudantes, com obrigatoriedade do componente Estágio Supervisionado no contexto de trabalho dos cursistas, dentre outros aspectos. O Programa vem formando professores em diferentes municípios dos Territórios de Identidade da Bahia buscando contribuir com a valorização do professor, o estímulo à aprendizagem e melhoria dos indicadores educacionais dos municípios na Educação Básica no Estado da Bahia.

A busca pela qualidade da educação nos diferentes níveis e etapas de ensino é desafio cotidiano para educadores, gestores das instituições educacionais, órgãos de governo. Na Educação Básica, a expectativa da qualidade da educação envolve a sociedade, as comunidades escolares, os pais e é institucionalizada em diferentes documentos legais, como o Plano Nacional de Educação 2014-2024, o Plano Estadual de Educação 2016-2026, os Planos Municipais de Educação e os Projetos Político-Pedagógicos das escolas.

Diante disso a definição de políticas na área, no âmbito da formação de professores e a questão do financiamento da Educação Básica tende a tomar como referência o alcance de determinados níveis de qualidade. A adoção de padrões externos de qualidade na educação sem uma reflexão crítica sobre a concepção de qualidade que expresse as especificidades locais, diversidade e riqueza cultural, tem se tornado cada vez mais frequente em países em desenvolvimento. No contexto da diversidade de concepções de qualidade, refletimos sobre o significado desse termo para a formação de professores em exercício e suas relações com o ensino na educação básica.

Para Rios (2010), o significado de qualidade é complexo e inclui uma dimensão axiológica, estética e ética. O termo carrega em si um conjunto de valores e concepções de mundo que o informam, mas, tem sido empregado de variadas formas. A expressão qualidade possui múltiplos significados e, às vezes, carega por si só o indicativo de características positivas em contraposição ao que há de negativo. Ao compreender a qualidade como atributo, propriedade e condição das coisas ou pessoas, reconhecemos que ela expressa valor associado ao plano da moral e da condição humana. Assim, necessitamos contextualizá-la e perceber que nem sempre ela expressa características positivas (Cunha; Pinto, 2009).

Dessa forma, a qualidade que se pretende alcançar requer sua contextualização a partir do local onde se origina, o qual define os padrões que se espera alcançar. Ao propor uma educação ou ensino de qualidade devemos identificar propriedades e atributos inerentes a esses processos de forma a explicitar o seu sentido histórico, político e cultural. O sentido histórico e ampliado do conceito de qualidade é apresentado por Rios (2010):

O conceito de qualidade é totalizante, abrangente, multidimensional. É social e historicamente determinados porque emerge em uma realidade específica de um contexto concreto. Portanto uma análise crítica da qualidade deverá considerar todos esses aspectos, articulando aqueles de ordem técnica e pedagógica aos de caráter político-ideológico (Rios, 2010, p. 64).

Nesta perspectiva, o conceito de qualidade deve superar discursos esvaziados, que buscam padronizar sentidos, adotando compreensão crítica, dialética e histórica da educação. Assim a qualidade deve estar articulada ao contexto político e cultural de cada momento histórico devendo contar com a participação dos sujeitos envolvidos (Rios, 2010). Nessa perspectiva a autora defende a qualidade social:

Indicadora da presença, na escola, especialmente na escola pública, de ‘uma sólida base científica, formação crítica de cidadania e solidariedade de classe social’. [...] a qualidade social ‘carece de tradução em qualidade de ensino’ (Cortella, 1998 *apud* Rios 2010, p. 75).

Assim, nos interessa ressignificar e contextualizar qualidade da educação e aproximá-la da democratização do ensino público, uma vez que se configura na garantia da cidadania e no fortalecimento da instituição pública. A existência de alguns indicadores de avaliação como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB são adotados nacionalmente como uma das referências para analisar o nível de qualidade do ensino no Brasil. Todavia, seus resultados requerem também um processo de contextualização que considere o contexto político e cultural de cada momento histórico. Assim, aspectos como as condições das escolas, a gestão do sistema escolar e a formação dos professores para atuar no magistério devem ser considerados nesse processo.

Em que pese a existência de outros aspectos definidores da qualidade da educação, como o financiamento da educação, a gestão do sistema escolar, as condições políticas, econômicas, sociais e culturais do país, os contextos específicos da escolar, as políticas curriculares, etc., os professores, seu trabalho e sua formação assumem centralidade para a qualidade do ensino. Assim, a formação dos professores assume importância diante da necessidade de melhoria da aprendizagem dos estudantes, da qualidade da educação básica e na configuração de sistemas educacionais mais consolidados.

No Brasil, a importância atribuída ao trabalho dos professores também é identificada pela posição que os mesmos ocupam na estrutura do trabalho e no contexto das profissões, como indicador também é identificada pela posição que os mesmos ocupam na estrutura do

trabalho e no contexto das profissões como indicador da relevância que assumem na sociedade atual e diante dos serviços públicos disponibilizados. De acordo com estudos de Gatti e Barreto (2009), os professores constituem a terceira maior força de trabalho e, em sua grande maioria, vinculados ao estabelecimento público. Portanto, compõem, dentre as categorias profissionais, a que mais mobiliza recursos públicos, gerando desdobramentos em termos de financiamento da educação, salários, condições de trabalho docente e na qualidade do ensino.

Considerando que os professores assumem uma importância para a qualidade do ensino e para a consolidação dos sistemas de ensino que se apresentam como democráticos e inclusivos, a profissionalização docente torna-se uma temática necessária no contexto de transformações sociais, econômicas, culturais e tecnológicas.

Nesse sentido, compreendemos o Parfor/Uneb como uma política de formação de professores em serviço necessária e que deve estar sintonizada com as possibilidades de qualificação da educação básica na Bahia. Dessa forma, buscamos analisar quais as repercussões dos cursos de Licenciatura em Pedagogia do Parfor/Uneb ofertados em alguns municípios da Bahia em relação com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A escolha do curso de Licenciatura em Pedagogia decorre de sua expressiva quantidade de turmas ofertadas (92), espalhadas em diversos Territórios de Identidade. Dentre os cursos de licenciatura ofertados pela Uneb, através do Parfor, o de Pedagogia foi o que teve maior número de oferta e maior abrangência em todo o Estado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: REPERCURSSÕES DO CURSO DE PEDAGOGIA PARFOR/UNEB NO ENSINO FUNDAMENTAL EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA

A estrutura *multicampi* da UNEB possibilita que a universidade esteja presente em diferentes municípios da Bahia e dentre suas principais ações acadêmicas, está a oferta de licenciatura em diferentes áreas de conhecimento. Em 2010, vários municípios da Bahia possuíam baixos indicadores educacionais e ainda mantinham muitos professores sem formação sem licenciatura atuando na rede pública de educação básica nas diversas áreas do conhecimento. À época, de acordo com informações disponíveis no Parfor/Uneb, o Planejamento Estratégico de Formação Inicial de Professores do Estado da Bahia/2008, ela apresentava um quantitativo de 50.000 professores sem formação inicial, em nível de licenciatura, atuando no magistério da Educação Básica, mesmo após os 12 anos de implementação da LDB 9.394/96.

Nesse contexto, no período de 2010 a 2016 o Parfor/Uneb ofertou o curso de Pedagogia em 92 (noventa e dois) municípios do Estado da Bahia. Essa oferta significativa revela a grande demanda existente por formação de professores no Estado da Bahia particularmente no Ensino Fundamental I. Tal demanda, reduzida a partir de 2010 ainda persiste, principalmente nas áreas das Ciências Exatas e Naturais.

Expomos, a seguir os municípios onde teve oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Parfor/Uneb, com os seus respectivos indicadores de nota do IDEB, estabelecendo um comparativo entre o IDEB do Ensino Fundamental I referente aos anos de 2001 e 2017.

Quadro 1- Dados do IDEB referente ao Fundamental Inicial – 1º ao 5º ano (rede pública). Série Histórica 2011-2017. Os dados indicam as notas do IDEB referente aos municípios vinculados aos Territórios de Identidade da Bahia onde é ofertado o curso de Pedagogia pelo Parfor Uneb. Faz-se um comparativo das notas do IDEB de 2001 a 2017, bem como das notas de 2017 com a meta estabelecida para o mesmo ano.

01 - IRECÊ			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Barro Alto	4.1	5.1	5.0
Central	3.3	4.5	5.1
Gentio do Ouro	4.5	5.4	4.4
Itaíba	4.1	4.3	4.4
Irecê	4.4	5.5	4.8
Itaguçu da Bahia	3.9	4.4	4.5
João Dourado	4.1	4.7	5.1
Jussara	3.8	4.8	4.6
Presidente Dutra	4.4	5.1	5.6
Xique-Xique	4.0	4.6	4.3

02 - VELHO CHICO			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Barra	3.9	4.2	4.3
Bom Jesus da Lapa	3.4	4.8	4.6
Serra do Ramalho	3.5	4.6	4.3

03 - CHAPADA DIAMANTINA			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Bonito	4.1	5.0	4.0
Iraquara	4.5	5.6	4.5
Mercionílio Souza	3.7	4.8	4.1
Nova Redenção	4.0	4.3	4.4
Seabra	3.9	5.8	5.0

04 - SISAL			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Cansanção	3.0	3.5	3.8
Conceição do Colé	3.5	4.3	4.3
Monte Santo	3.5	4.0	4.7
Queimadas	3.5	4.7	4.1
Quijingue	3.7	4.1	4.7
Santaluz	4.0	4.5	4.2
Serrinha	3.0	3.8	4.2
Valente	4.3	5.1	4.4

05 - LITORAL SUL			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Miraú	3.4	4.1	4.1

06 - BAIXO SUL			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Carmuru	3.1	4.1	4.4
Teolândia	4.0	4.1	4.2
Valença	3.2	4.2	4.5

07 - EXTREMO SUL			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Caravelas	3.5	4.8	4.5
Itamaraju	3.8	5.2	4.3
Medeiros Neto	4.3	5.0	4.2
Teixeira de Freitas	4.2	5.0	5.1

08 - SUDOESTE BAIANO			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Aracatu	4.3	4.5	4.5
Carabas	3.5	4.1	5.0

09 - VALE DO JQUIRIÇA			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Elicó Medrado	4.8	4.6	4.2
Maracás	4.3	4.8	4.1
Planaltino	4.3	5.2	4.3

10 - SERTÃO DO SÃO FRANCISCO			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Canudos	3.8	4.2	4.3
Casa Nova	3.3	4.2	4.1
Curuçá	4.1	4.2	4.0
Juazeiro	4.0	5.4	4.3
Remanso	3.8	4.0	4.3
Santo Sé	3.7	4.1	4.3
Uauá	4.4	5.2	5.1

11 - BACIA DO RIO GRANDE			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Barreiras	4.1	5.0	4.5
Cristópolis	3.8	4.9	4.4
Wanderley	4.1	5.3	3.8

12 - BACIA DO JACUÍPE			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Baixa Grande	3.6	4.5	4.2
Capela Alto Alegre	4.3	4.9	4.6
Capim Grosso	3.8	4.4	4.2
Itaí	3.9	4.4	4.2
Pladinas	4.3	5.1	4.9
Quixabeira	4.0	4.6	4.0
Várzea do Poço	3.6	4.2	4.0

13 - SERTÃO PRODUTIVO			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Brunado	5.2	6.1	4.5
Caculé	4.7	6.4	5.4
Guanambi	4.4	4.9	4.8
Livramento de Nossa Senhora	4.5	5.8	5.3

14 - PIEMONTE DO PARAGUAÇU			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Boa Vista do Tupim	4.0	5.1	3.8
Iaçú	4.0	4.8	4.0
Ilhéus	4.5	4.7	4.5
Ruy Barbosa	4.1	4.4	4.1

15 - BACIA DO PIEMONTE DA DIAMANTINA			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Jacobina	4.0	4.9	4.6
Miguel Calmon	3.7	4.6	4.8
Ouro-lândia	3.6	4.1	4.3
Saúde	3.4	4.1	4.3
Serrolândia	4.2	5.4	3.9
Umburanas	4.4	4.0	4.3
Várzea Nova	4.0	4.5	4.5

16 - LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Alagoinhas	3.6	4.2	4.5
Araçás	3.9	4.0	4.6
Catú	4.3	4.8	4.6
Crisópolis	4.3	5.1	5.1
Inhambupe	3.8	3.7	3.8
Sítio Das	5.1	4.3	4.5

17 - SEMIÁRIDO NORDESTE II			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Cipó	3.6	3.7	4.6
Eucídes da Cunha	3.3	4.1	4.5
Nova Soure	4.0	4.2	4.5
Santa Brigida	4.0	5.1	4.0

18 - MÊDIO RIO DE CONTAS			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Ipiau	3.8	4.4	4.5
Ubatã	3.5	4.0	4.1

19 - RECÔNCAVO			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Castro Alves	3.5	4.4	4.7
Santo Antônio de Jesus	4.3	4.8	4.8

20 - PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Pinobabuçu	3.9	4.5	4.0
Senhor do Bonfim	3.6	4.0	4.7

21 - METROPOLITANA DE SALVADOR			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Lauro de Freitas	4.0	4.5	4.9
Salvador	4.0	5.3	4.5
Vera Cruz	3.6	4.3	4.5

22 - COSTA DO DESCOBRIMENTO			
Município	Notas IDEB		Meta IDEB 2017
	2011	2017	
Belmonte	3.2	4.0	4.3
Eunápolis	4.0	4.4	4.5

Fonte: INEP/MEC (2011, 2017); Parfor-Uneb (2019).

Mesmo o IDEB não sendo o único indicador de qualidade educacional, podemos considerar que ele sinaliza aspectos consideráveis para a qualidade da educação no Brasil, além de ser a referência para leitura das condições do ensino e aprendizagem na Educação Básica, atualmente.

Assim, observa-se que nos 92 municípios baianos destacados houve um crescimento do IDEB após a oferta do curso de Pedagogia do Parfor, sinalizando que há repercussões positivas na qualidade da educação do Ensino Fundamental I pública desses municípios.

Num primeiro momento, ao comparar as notas do IDEB recebidas pelos municípios nos anos de 2011 e 2017, verifica-se que a maioria absoluta desses municípios (88), algo em torno de 95,65%, obteve em 2017 um rendimento superior ao ano de 2011. Esse crescimento nos indicadores do IDEB contribui para reiterar a necessidade de investir em programas de formação de professores e o quanto esse investimento retorna em termos dos níveis de qualidade desejados para a educação no Brasil e, em particular, na Bahia.

Longe de querermos reduzir o sentido e o ideal de qualidade da educação (Rios, 2010; Cunha; Pinto, 2009) aos números do IDEB obtidos pelos municípios, particularmente no Ensino Fundamental I – objeto de nossa análise – até porque já apresentamos outros fatores que implicam na construção de referências de qualidade na educação, o que intencionamos é destacar que a elevação desses indicadores pressupõe o investimento em políticas de valorização do magistério que, entre outras ações, deve ter a formação docente como uma das prioritárias.

Outro aspecto dessa análise é a relação do resultado do IDEB com as Metas estabelecidas pelo INEP para os 92 municípios onde o curso de Pedagogia foi ofertado. Identifica-se que, desses municípios, 53 (cinquenta e três) apresentaram um crescimento do Índice atingindo e/ou superando a Meta do IDEB previsto para 2017. Há, ainda, 36 (trinta e seis) municípios que mantiveram crescimento do Índice, mesmo sem atingir a meta de 2017, indicando que houve repercussões positivas nos mesmos.

A qualidade da educação brasileira, e a do Ensino Fundamental I em particular, não podem ser reduzidas aos números expressos pelos indicadores do IDEB apenas, mas não podemos deixar de reconhecer que, em certa medida, eles refletem, como resultado de processos avaliativos, o nível de aprendizagem do alunado. Sendo assim, para atingir e até superar a meta nacional – que é 6,0 (seis) até 2022 – a qual corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos, programas como o Parfor devem ser mantidos, não isoladamente, mas em conjunto com outras políticas públicas relacionadas à valorização do magistério que os governos, nas suas diversas esferas, devem promover para elevar o nível da qualidade da educação.

Dessa forma, os resultados destacados podem ser ancorados no conceito de qualidade explicitado por Rios (2010), uma vez que espelham uma realidade singular, dentro de um contexto histórico-social, e a análise de tais resultados não foram feitos dissociados de outros fatores que interferem na qualidade da educação. Com efeito, por em relevo os indicadores do IDEB para o Ensino Fundamental I, na Bahia, serve de pano de fundo para nossa defesa de que investir em formação de professores é uma ação imprescindível e que contribuir para o aprimoramento da aprendizagem e, por sua vez, qualifica o ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a formação de professores realizada pelo Parfor/ Uneb, através do curso de Pedagogia, trouxe contribuições importantes para a qualidade do Ensino Fundamental I na Bahia. Apesar da existência de outros elementos definidores da qualidade da educação nesses municípios, como o financiamento da educação, a gestão do sistema escolar, as condições políticas, econômicas, sociais e culturais do país, os contextos específicos das escolas, as políticas curriculares, etc., os dados indicam que a formação dos professores no curso de Pedagogia do Parfor tem sido fundamental para elevar a qualidade do ensino. Há um crescimento do IDEB em quase todos os 92 municípios onde foram ofertadas turmas de Pedagogia do Parfor e, conseqüentemente, a melhoria da educação no Ensino Fundamental I.

O investimento na formação dos professores deve ser mantido como política pública de Estado dada sua importância para a elevação da aprendizagem dos estudantes, a qualidade da educação básica e a consolidação dos sistemas educacionais. Na Bahia, o investimento na formação inicial e continuada dos professores deve ser assumido como uma ação afirmativa intencional, como política de Estado, considerando ainda a existência de muitos professores que atuam na educação básica sem a formação adequada, nas diversas áreas de desconhecimento. Nesse sentido, é imperioso que esse investimento se estenda para as áreas das ciências exatas e naturais (Física, Química e Matemática), na mesma intensidade como se deu a oferta de Pedagogia, tendo em vista a carência de professores dessas áreas no Estado da Bahia.

Assim, podemos considerar que a Uneb tem realizado uma ação afirmativa na formação de professores no Estado da Bahia, reforçado pela peculiaridade da sua estrutura organizacional de *multicampia*, seja pela disponibilização majoritária de cursos de licenciatura de oferta contínua em diferentes Territórios de Identidade, seja pela interiorização dessa ação nos diferentes municípios do Estado através da oferta de cursos de licenciatura do Parfor. Isso vem reiterar também

possibilidades de recuperação da sua legitimidade na relação “universidade e escola pública” (Santos, 2005), considerando que UNEB lidera o processo de formação de professores e vem contribuindo para a qualidade da educação no Estado da Bahia.

REFERÊNCIAS

AMADO, João. (coord.). Manual de Investigação Qualitativa em Educação. Universidade de Coimbra. Coimbra. 2013.

ANDRÉ, M. E. D. A de. Etnografia da prática escolar. Campinas: **Papirus**, 1985.

BRASIL. **Decreto nº 6.755**, de 19 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério e regulamenta a ação da CAPES. Brasília, 2009b.

_____. Lei nº 9.394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

_____. MEC. PARFOR. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2009a.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2018 - Resultados e Resumos**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 06 jul. 2019d.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **IDEB**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/ideb>>. Acesso em: 06 jul. 2019e.

_____. **Plano Nacional de Educação**—Lei 10.172/01. PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2011c.

CUNHA, M. I.; PINTO, M. L. M. Qualidade e educação superior no Brasil e o desafio da inclusão social na perspectiva epistemológica e ética. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: **Inep**. 2009.

GATTI, B. A. (Coord.); BARRETTO, E. S. S. Professores no Brasil: impasses e desafios. Brasília: **UNESCO**, 2009. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/multimedia/field/brasil/pdf/professores_brasil_resumo_executivo_2009.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2019.

RIOS, T. A. Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade. 8. ed. São Paulo: **Cortez**, 2010.

SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Revista Educação, Sociedade & Cultura**, Campinas, São Paulo, n. 23, p. 137-202, 2005.

UNEB. Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. PARFOR. **Planejamento Estratégico de Formação Inicial de Professores do Estado da Bahia 2008**. Disponível em: <<https://portal.uneb.br/parfor/o-parfor/>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

Secretaria de Educação da Bahia. **Plano Estadual de Educação da Bahia**. Disponível em:
<http://institucional.educacao.ba.gov.br/legislacaoedocumentos/planoeducacao>. Acesso em: 02
agos 2023.

